CAPÍTULO II

O PROCESSO DE TROCA

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las.[125] Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma.[126] As pessoas aqui só existem, reciproca-

125 No século XII, renomado por sua piedade, encontramos freqüentemente entre essas mercadorias coisas muito delicadas. Um poeta francês dessa época conta, por exemplo, entre as mercadorias que se viam no mercado de Landit,* além de tecidos, sapatos, couro, instrumentos agrícolas, peles etc., *femmes folles de leurs corps*.**

* Landit. Vila perto de Paris, onde todos os anos tinha lugar uma grande feira, do século XII até o século IX. (N. da Ed. Alemã.)

** Mulheres de corpos fogosos. (N. dos T.)

126 Proudhon cria, primeiramente, seu ideal de justiça, da *justice éternelle,** a partir das relações jurídicas correspondentes à produção de mercadorias, com o que, diga-se de passagem, proporciona a prova tão consoladora a todos os filisteus de que a forma de produção de mercadorias é algo tão eterno quanto a justiça. Depois inversamente, ele pretende remodelar a produção real de mercadorias e o direito real correspondente a ela segundo esse ideal. Que pensaríamos de um químico, que, em vez de estudar as verdadeiras leis do metabolismo e com base nelas resolver determinados problemas, resolvesse remodelar o metabolismo por meio das "idéias eternas", da *naturalité*** e da *affinité*?*** Acaso sabe-se mais sobre a "usura" quando diz-se que ela contraria a *justice éternelle,* a *équité éternelle*,**** a *mutualité éternelle****** e outras *vérités éternelles,****** do que os padres da Igreja sabiam, quando diziam que a usura contraria a *grâce éternelle,* a *foi éternelle* e a *volonté éternelle de Dieu?********

mente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam.

O que distingue sobretudo o possuidor de mercadoria desta última é que para ela cada outro corpo de mercadoria conta apenas como forma de manifestação de seu próprio valor. Igualitária e cínica nata, a mercadoria está sempre disposta a trocar não só a alma, como também o corpo, com qualquer outra mercadoria, mesmo quando esta seja tão desagradável como Maritornes. Esse sentido, que falta à mercadoria, para apreciar o concreto do corpo da mercadoria, o dono da mercadoria supre por meio dos seus cinco ou mais sentidos. Sua mercadoria não tem para ele nenhum valor de uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca.[127] Por isso, ele quer aliená-la por mercadoria cujo valor de uso o satisfaça. Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Elas precisam, portanto, universalmente mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca e essa troca as refere como valores entre si e as realiza como valores. As mercadorias têm que realizar-se, portanto, como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso.

Por outro lado, as mercadorias têm de comprovar-se como valores de uso, antes de poderem realizar-se como valores. Pois o trabalho humano, despendido em sua produção, conta somente na medida em que seja despendido de forma útil para outros. Se o trabalho é útil para outros, se, portanto, seu produto satisfaz as necessidades alheias, somente sua troca pode demonstrar.

Cada possuidor de mercadorias só quer alienar sua mercadoria por outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça sua necessidade. Nessa medida, a troca é para ele apenas um processo individual. Por outro lado, ele quer realizar sua mercadoria enquanto valor, em qualquer outra mercadoria que o agrade do mesmo valor, quer a sua própria

* Justiça eterna. (N. dos T.)
** Naturalidade. (N. dos T.)
*** Afinidade. (N. dos T.)
**** Eqüidade eterna. (N. dos T.)
***** Reciprocidade eterna. (N. dos T.)
****** Verdades eternas. (N. dos T.)
******* A graça eterna; a fé eterna; a vontade eterna de Deus. (N. dos T.)

127 "Pois duplo é o uso de cada bem. Um é próprio à coisa, como tal, o outro não, como para uma sandália servir para calçar e ser trocável por outro objeto. Ambos são valores de uso da sandália, pois também quem troca a sandália por algo que lhe falta, alimento, por exemplo, usa a sandália como sandália. Porém, não em seu modo natural de uso, pois a sandália não existe para ser trocada." (ARISTÓTELES. *De Republica*. Livro Primeiro. Cap. 9.)

mercadoria tenha ou não valor de uso para o possuidor da outra. Nessa medida, a troca é para ele um processo genericamente social. Mas o mesmo processo não pode ser simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias apenas individual e, ao mesmo tempo, apenas genericamente social.

Vista a coisa mais de perto, percebe-se que para todo possuidor de mercadoria toda mercadoria alheia funciona como equivalente particular de sua mercadoria, sua mercadoria, portanto, como equivalente geral de todas as outras mercadorias. Mas como todos os possuidores de mercadorias fazem o mesmo, nenhuma mercadoria é equivalente geral e por isso as mercadorias não possuem também nenhuma forma valor geral relativa, na qual elas possam equiparar-se como valores e comparar-se como grandezas de valor. Portanto, elas não se defrontam, de modo algum, como mercadorias, mas apenas como produtos ou valores de uso.

Em sua perplexidade, pensam os nossos possuidores de mercadorias como Fausto. No começo era a ação. Eles já agiram, portanto, antes de terem pensado. As leis da natureza das mercadorias atuam através do instinto natural dos seus possuidores. Eles somente podem referir suas mercadorias, umas às outras, como valores, e por isso apenas como mercadorias ao referi-las, antiteticamente, a outra mercadoria como equivalente geral. É o que resultou da análise da mercadoria. Mas apenas a ação social pode fazer de uma mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias, portanto, exclui determinada mercadoria para nela representar universalmente seus valores. A forma natural dessa mercadoria vem a ser assim a forma equivalente socialmente válida. Ser equivalente geral passa, por meio do processo social, a ser a função especificamente social da mercadoria excluída. Assim ela torna-se — dinheiro.

> "Illi unum consilium habent et virtutem et potestatem suam bestiae tradunt. Et ne quis possit emere aut vendere, nisi qui habet characterem aut nomen bestiae, aut numerum nominis ejus."[128] (*Apocalipse*.[129])

O cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são, de fato, igualados entre si e, portanto, convertidos em mercadorias. A ampliação e aprofunda-

128 Estes têm um desígnio e darão sua força e seu poder à besta. E que ninguém possa comprar ou vender a não ser aquele que tenha o sinal, ou seja, o nome da besta ou o número do seu nome." (N. dos T.)

129 Obra da literatura cristã da primeira fase, que foi incluída no Novo Testamento; a autoria é geralmente atribuída ao Apóstolo João. O *Apocalipse* contém profecias místicas do "fim do mundo" e de uma "volta de Cristo", o que na Idade Média freqüentemente levou a movimentos populares heréticos. Posteriormente, a Igreja usava as profecias do *Apocalipse* ao intimidar as massas do povo. Marx cita aqui dos capítulos 17, 13 e 13, 17 do *Apocalipse* de São João. (N. da Ed. Alemã.)

mento históricos da troca desenvolvem a antítese entre valor de uso e valor latente na natureza da mercadoria. A necessidade de dar a essa antítese representação externa para a circulação leva a uma forma independente do valor da mercadoria e não se detém nem descansa até tê-la alcançado definitivamente por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e em dinheiro. Na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro.[130]

A troca direta de produtos possui já, por um lado, a forma da expressão simples do valor e, por outro lado, ainda não a tem. Aquela forma era x mercadoria $A = y$ mercadoria B. A forma da troca direta de produtos é: x objeto de uso $A = y$ objeto de uso B.[131] As coisas A e B não são aqui mercadorias antes da troca, mas tornam-se tais por meio da mesma. O primeiro modo, pelo qual um objeto de uso é possivelmente valor de troca, é sua existência como não-valor de uso, como *quantum* de valor de uso que ultrapassa as necessidades diretas de seu possuidor. As coisas são, em si e para si, externas ao homem e, portanto, alienáveis. Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado inca[132] etc. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. Sua relação quantitativa de troca é por enquanto inteiramente casual. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente. Nesse meio tempo, se consolida, pouco a pouco, a necessidade por objetos de uso estrangeiros. A constante repetição da troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário,

130 Julgue-se, pois, a habilidade do socialismo pequeno-burguês que quer eternizar a produção de mercadorias e, ao mesmo tempo, abolir a "antítese entre dinheiro e mercadoria" e, portanto, o próprio dinheiro, pois este somente existe dentro dessa antítese. Do mesmo modo poder-se-ia abolir o papa e deixar permanecer o catolicismo. Ver pormenores em minha obra *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*. p. 61 *et seqs*.

131 Enquanto não se trocam ainda dois diferentes objetos de uso, porém, como verificamos freqüentemente entre selvagens, uma massa caótica de coisas é oferecida como equivalente de um terceiro, a própria troca direta está ainda em seu limiar.

132 Estado escravagista com restos significantes da sociedade primitiva. A base da organização social e econômica era a parentela ou comunidade camponesa (*aylla*), que possuía terras e gado em comum. O Estado inca viveu seu florescimento no fim do século XV até a conquista espanhola, e seu extermínio total nos anos trinta do século XVI; naquela época ela se estendeu sobre os territórios do Peru, Equador, Bolívia e norte do Chile, de hoje (N. da Ed. Alemã.)

portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento, consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente de sua própria produção. O costume fixa-as como grandezas de valor.

Na troca direta de produtos, cada mercadoria é diretamente meio de troca para seu possuidor, equivalente para seu não-possuidor, mas somente enquanto for valor de uso para ele. O artigo de troca não adquire ainda nenhuma forma valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos permutantes. A necessidade dessa forma desenvolve-se com o crescente número e variedade das mercadorias que vão entrando no processo de troca. O problema surge simultaneamente com os meios para sua solução. Uma circulação em que possuidores de mercadorias trocam e comparam seus artigos com outros artigos diferentes jamais se realiza sem que diferentes mercadorias de diferentes possuidores de mercadorias em sua circulação sejam trocadas e comparadas como valores com uma terceira mercadoria, sempre a mesma. Tal terceira mercadoria, ao se tornar equivalente de outras mercadorias diferentes, recebe diretamente, ainda que em limites estreitos, a forma de equivalente geral ou social. Essa forma de equivalente geral surge e desaparece com o contato social momentâneo que lhe deu vida. É atribuída alternativa e transitoriamente a esta ou àquela mercadoria. Com o desenvolvimento da troca de mercadorias ela se fixa exclusivamente em espécies particulares de mercadorias ou se cristaliza na forma dinheiro. A que classe de mercadorias ela adere é, no início, algo ocasional. No entanto, existem duas circunstâncias que *grosso modo* são decisivas. A forma fixa-se ou nos artigos de troca mais importantes vindos do estrangeiro, os quais de fato são formas de manifestação naturalmente desenvolvidas do valor de troca dos produtos locais, ou no objeto de uso que representa o elemento principal do patrimônio local alienável, como o gado, por exemplo. Os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma dinheiro, porque todos os seus haveres e bens têm forma móvel e, portanto, diretamente alienável e porque seu modo de vida os põe em constante contato com comunidades estrangeiras, solicitando-os à troca de produtos. Os homens fizeram, freqüentemente, do próprio homem, na figura do escravo, a matéria original de dinheiro, porém nunca as terras. Tal idéia somente poderia surgir numa sociedade burguesa já desenvolvida. Data do último terço do século XVII e só se tentou concretizá-la, em escala nacional, um século mais tarde, na revolução burguesa dos franceses.

Na mesma medida em que a troca de mercadorias rompe seus laços apenas locais e, com isso, o valor das mercadorias se desenvolve

para vir a ser materialização do trabalho humano em geral, a forma dinheiro transpõe-se a mercadorias que por natureza são adequadas para a função social de equivalente geral, os metais preciosos.

Que "ouro e prata, por natureza, não sejam dinheiro, embora dinheiro, por natureza, seja de ouro e prata",[133] demonstra a congruência de suas propriedades naturais com suas funções.[134] Mas até agora conhecemos apenas uma função do dinheiro, a de servir de forma de manifestação do valor das mercadorias ou de material, no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente. Forma adequada de manifestação do valor ou materialização de trabalho humano abstrato e, portanto, igual, pode ser apenas uma matéria cujos diversos exemplares possuam todos a mesma qualidade uniforme. Por outro lado, como a diferença das grandezas de valor é puramente quantitativa, é necessário que a mercadoria monetária seja capaz de expressar variações meramente quantitativas, portanto, possa ser dividida à vontade e novamente recomposta a partir de suas partes. Ouro e prata possuem, porém, essas propriedades por natureza.

O valor de uso da mercadoria monetária dobra. Além de seu valor de uso particular como mercadoria, como ouro por exemplo serve para obturar dentes, como matéria-prima para artigos de luxo etc., ela adquire um valor de uso formal decorrente de suas funções sociais específicas.

Sendo todas as mercadorias meros equivalentes particulares do dinheiro e o dinheiro seu equivalente geral, elas se relacionam como mercadorias particulares em relação ao dinheiro, como a mercadoria geral.[135]

Viu-se que a forma dinheiro é apenas o reflexo aderente a uma única mercadoria das relações de todas as outras mercadorias. Que o dinheiro seja mercadoria[136] é, portanto, apenas uma descoberta para aquele que parte de sua forma acabada para posteriormente analisá-la. O processo de troca dá à mercadoria, a qual é por ele transformada em dinheiro, não o seu valor, porém sua forma valor específica. A

133 MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 135. "Os metais (...) são, por natureza, dinheiro." (GALIANI. *Della Moneta*. Na coleção de Custodi, Parte Moderna, t. III, p. 137.)

134 Ver mais detalhes em minha obra acima citada no capítulo "Os Metais Preciosos".

135 "O dinheiro é a mercadoria geral." (VERRI. *Op. cit.*, p. 16.)

136 "Prata e ouro em si, aos quais podemos dar o nome geral de metais preciosos, são (...) mercadorias (...) que sobem e baixam (...) de valor. Ao metal precioso pode-se reconhecer um valor mais alto quando por um peso menor dele compra-se maior quantidade do produto ou manufatura do país etc." ([CLEMENT, S.] *A Discourse of the General Notions of Money Trade, and Exchange as they Stand in Relations to each Other*. By a Merchant. Londres 1695. p. 7.) "Ainda que o ouro e a prata cunhados ou sem cunhar sejam usados como unidade de medida de todas as demais coisas, não são menos mercadoria que vinho, óleo, tabaco, pano ou tecido." ([CHILD, J.] *A Discourse Concerning Trade, and that in Particular of the East-Indies* etc. Londres 1689. p. 2.) "A fortuna e a riqueza do reino tomadas com precisão não podem se limitar a dinheiro, nem o ouro nem a prata podem deixar de ser considerados mercadorias." [PAPILLON, Th.] *The East India Trade a most Profitable Trade*. Londres 1677. p. 4.)

confusão entre essas duas determinações levou a considerar o valor do ouro e da prata como sendo imaginário.[137] Podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por meros signos dele mesmo, surgiu o outro erro, que ele seja mero signo. Por outro lado, essa noção implicava vislumbrar que a forma dinheiro da coisa é externa a ela mesma e mera forma de manifestação de relações humanas ocultas atrás dela. Nesse sentido, cada mercadoria seria um signo, pois, como valor, é apenas um invólucro reificado do trabalho humano nela despendido.[138] Mas, ao considerar signos os caracteres sociais que as coisas ou os caracteres reificados que as determinações sociais do trabalho recebem, com base em determinado modo de produção, como meros signos, eles passam, ao mesmo tempo, a ser explicados como produto arbitrário da reflexão dos homens. Essa era uma mania de esclarecer muito apreciada, no século XVIII, para eliminar pelo menos transitoriamente a aparência estranha das formas enigmáticas de que se revestiam as condições humanas, cujo processo de formação não se podia ainda decifrar.

Observou-se anteriormente que a forma equivalente de uma mercadoria não implica a determinação quantitativa de sua grandeza de

137 "O ouro e a prata têm valor como metais, antes de serem dinheiro." (GALIANI. *Op. cit.*, [p. 72].) Locke diz: "A opinião geral das pessoas atribuiu à prata, devido às suas qualidades que a tornam adequada para ser dinheiro, um valor imaginário". [LOCKE, John. *Some Considerations* etc. 1691. In: *Works*. Ed. 1777. v. II p. 15.] Ao contrário, Law: "Como poderiam diferentes nações atribuir um valor imaginário a uma coisa qualquer (...) ou como deveria ter podido manter-se este valor?" Mas quão pouco ele mesmo entendia sobre o assunto: "A prata trocava-se segundo o valor de uso que possuía, ou seja, segundo seu valor real; por meio de sua determinação como dinheiro ela adquiriu um valor adicional (*une valeur additionnelle*). (LAW, Jean. *Considérations sur le Numéraire et le Commerce*. Na edição de E. Daire dos *Économistes Financiers du XVIII Siècle,* p. 469-470.)

138 "O dinheiro é seu (das mercadorias) signo." (Ver DE FORBONNAIS. *Élements du Commerce*. Nouv. Édit., Leyde, 1766 t. II p. 143.) "Como signo é atraído pelas mercadorias." (*Op. cit.*, p. 155.) "O dinheiro é signo de uma coisa e a representa." (MONTESQUIEU. *Esprit des Lois*. Oeuvres, Londres 1767. t. II p. 3.) "O dinheiro não é mero signo, ele é por si mesmo riqueza; ele não representa os valores, ele é o equivalente deles." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 910.) "Se examinamos o conceito de valor, a própria coisa somente é considerada um signo, e ela não conta como ela mesma, senão como o que vale." (HEGEL. *Op. cit.,* p. 100.) Muito antes dos economistas, os juristas impulsionaram a idéia do dinheiro como mero signo e do valor simplesmente imaginário dos metais preciosos, com o que prestavam um serviço de sicofantas ao poder real, cujo direito de falsificar moeda fundamentaram, durante toda a Idade Média, sobre as tradições do Império Romano e os conceitos monetários das Pandectas.* Num decreto de 1346, diz seu dócil discípulo Philippe de Valois: "Ninguém pode nem deve levantar dúvidas de que só cabe a Nós e a Nossa Majestade real (...) a operação monetária, a fabricação, a disposição, o aprovisionamento e toda regulamentação relativa às moedas, colocá-las em circulação assim e a tal preço, conforme nos compraza e bom nos pareça". Era dogma do direito romano que o imperador decretasse o valor do dinheiro. Era expressamente proibido tratar o dinheiro como mercadoria. "Não deve, entretanto ser permitido a ninguém comprar dinheiro, pois, tendo sido criado para uso geral, não deve ser mercadoria." A obra de G. F. Pagnini, *Saggio Sopra il Giusto Pregio delle Cose*, 1751, Ed. de Custodi, Parte Moderna, t. II, contém boa exposição a respeito. Notadamente na segunda parte da obra, Pagnini polemiza contra os senhores juristas.

* Pandectas (grego) ou digestos (latim). Parte principal do direito civil romano (*corpus juris civilis*). As pandectas eram uma composição de excertos das obras de juristas romanos e corresponderam aos interesses dos escravagistas. Elas foram redigidas por incumbência do imperador bizantino Justiniano I e proclamadas como lei no ano 533. (N. da Ed. Alemã.)

valor. Sabe-se que ouro é dinheiro, sendo, portanto, diretamente permutável com todas as mercadorias. Mas nem por isso sabe-se quanto valem, por exemplo, 10 libras de ouro. Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro pode expressar sua própria grandeza de valor apenas relativamente em outras mercadorias. Seu próprio valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e se expressa naquele *quantum* de qualquer outra mercadoria em que está cristalizado o mesmo tempo de trabalho.[139] Essa constatação de sua grandeza relativa de valor ocorre em sua fonte de produção, por meio da troca direta. Quando entra em circulação, como dinheiro, seu valor já está dado. Se já nas últimas décadas do século XVII, uma vez amplamente superado o começo da análise do dinheiro, sabia-se que dinheiro é mercadoria, isso era apenas o começo. A dificuldade não reside em compreender que dinheiro é mercadoria, porém como, por quê, por meio de que mercadoria é dinheiro.[140]

Já vimos que na expressão mais simples de valor, x mercadoria $A = y$ mercadoria B, a coisa, em que a grandeza de valor de outra coisa é representada, parece possuir sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social de sua natureza. Já investigamos a consolidação dessa falsa aparência. Ela completou-se tão logo a forma de equivalente geral se fundiu com a forma natural de uma espécie particular de mercadoria ou cristalizou-se na forma dinheiro. Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas

139 "Se alguém pode trazer 1 onça de prata a Londres, desde as entranhas da terra no Peru, utilizando o mesmo tempo que necessitaria para produzir 1 *bushel* de trigo, então um é o preço natural do outro; se ele agora, em virtude da abertura de novas minas mais ricas, em vez de uma, conseguir 2 onças com o mesmo esforço de antes, o trigo pelo preço de 10 xelins por *bushel* será tão barato agora quanto antes pelo preço de 5 xelins *coeteris paribus*." (PETTY, William. *A Treatise on Taxes and Contributions*. Londres 1667. p. 31.)

140 Depois que o prof. Roscher nos ensinou: "As falsas definições do dinheiro podem dividir-se em dois grupos principais: aqueles que o consideram mais e aqueles que o consideram menos que uma mercadoria", segue um catálogo embaralhado de escritos sobre o sistema monetário, em que também não transparece a mais remota compreensão da história real da teoria, e então vem a moral: "De resto não se pode negar que a maioria dos economistas mais jovens não tenha considerado suficientemente as especificidades que distinguem o dinheiro das demais mercadorias" (portanto, apesar de tudo mais ou menos do que mercadoria?). "Nesse sentido, a reação semimercantilista de Ganilh (...) não é totalmente sem motivo." (ROSCHER, Wilhelm. *Die Grundlagen der Nationaloekonomie*. 3ª ed., 1858. p. 207-210.) Mais — menos — insuficiente — na medida em que — não totalmente! Que determinações conceituais! E semelhante prosa eclética professoral o senhor Roscher batiza modestamente de "método anatômico-fisiológico" da Economia Política. Devemos-lhe, no entanto, uma descoberta, a saber, que o dinheiro é "uma mercadoria agradável".

coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante.